CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2021-01-06	
O Secretário da Mesa	Helga Correia (Assinatura Qualificada) Digitally signed by Helga Correia (Assinatura Qualificada) Date: 2021.01.06 20:33:33 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 884 / XIV (2 .ª)

Assunto: Aquisição de vacinas para a COVID-19

Destinatário: Ministra da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

Como é compreensível, a expectativa em torno da vacinação contra a COVID-19 é muito grande. No entanto, sabe-se que a sua distribuição pelos vários países é feita em tranches, o que obriga a uma priorização temporal dos grupos a ser vacinados.

Apesar de já se ter iniciado a primeira fase de vacinação, ainda vão decorrer vários meses até que, pelo menos, 70% da população portuguesa esteja vacinada, para se poder alcançar a tão desejada imunidade de grupo.

Na conferência de imprensa de dia 5 de janeiro, sobre a situação epidemiológica em Portugal, a Senhora Diretora-Geral da Saúde, Dra. Graça Freitas, quando questionada sobre a aquisição de vacinas, afirmou que "*Portugal está em vários mecanismos, com várias empresas. Em qualquer momento tem havido a possibilidade de aderirmos a mais encomendas. Estamos em múltiplos mecanismos de aquisição das vacinas, portanto tudo faremos para termos o maior número possível de vacinas no mais curto período de tempo*".

Naturalmente que o CDS saúda o Governo por desenvolver todos os esforços para que consigamos ter mais vacinas, o mais depressa possível. No entanto, e tendo em conta que Portugal está inserido no grupo de aquisições conjuntas feitas pela União Europeia, face a estas declarações da Senhora Diretora-Geral da Saúde, é necessário esclarecer se os "múltiplos mecanismos de aquisição das vacinas" em que afirmou que Portugal se encontra, são mecanismos fora das negociações desencadeadas pela UE e, se sim, em que termos estão a decorrer essas negociações.

Face ao exposto, e dada a relevância de o Parlamento estar a par das negociações do Governo relativas à aquisição de vacinas contra a COVID-19, o Grupo Parlamentar CDS-PP considera ser imprescindível obter esclarecimentos da parte da Senhora Ministra da Saúde.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer à Senhora Ministra da Saúde, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Confirma V. Exa. que Portugal se encontra "*em vários mecanismos com várias empresas. (...) Estamos em múltiplos mecanismos de aquisição das vacinas (...)*" contra a COVID-19, conforme afirmou ontem a Senhora Diretora-Geral da Saúde?

2- Se sim, que mecanismos são esses e com que empresas estão a decorrer as negociações?

3- Quantas encomendas foram ou serão feitas ao abrigo destes mecanismos de aquisição de vacinas?

4- Que quantidade de vacinas espera o Governo a adquirir?

5- Qual o calendário previsível para a entrega dessas vacinas?

6- São as condições comerciais idênticas às que foram negociadas através da compra conjunta da UE?

Palácio de São Bento, 6 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

TELMO CORREIA(CDS-PP)

CECÍLIA MEIRELES(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.